DIÁRIO *de bordo*

Agricultura multifuncional



ROBERTO RODRIGUES

Recentemente participei de dois congressos europeus em que se discutiu o futuro do setor rural na região, dos quais algumas lições podem ser tiradas. O primeiro foi o Congresso Europeu de Agricultura, realizado no final de setembro em Ljubljana, capital da Eslovênia, desenvolvido e pequeno país que integrava a antiga Iugoslávia. E o segundo foi o Congresso quadrienal da Associação de Cerealistas da França, o Défi Blé, realizado em Paris, em outubro. Vamos falar aqui sobre o Congresso da Eslovênia

Em primeiro lugar, destaca-se a elevada participação dos líderes rurais europeus e sua forte articulação. Perante 500 agricultores representativos dos principais países do velho continente, compareceram a CEA (Confederação Européia de Agricultores), a Cogeca (uma confederação de cooperativas agrícolas sediada em Bruxelas) e a Copa (também uma organização de Profissionais ligados à Agricultura localizada na capital da Bélgica, onde fica a Comissão Européia que governa as decisões da UE). Essas três entidades co-patrocinaram o Congresso, ao qual acudiram líderes mundiais, como o presidente da Fipa – Federação Internacional dos Produtores Agrícolas, com sede em Paris, e a ACI, de Genebra.

Também relevante foi a presença de ministros da Agricultura de vários países europeus, de membros do parlamento europeu e do comissário da Comissão Européia, o austríaco Franz Fischler, importante ator na formulação das ações ligadas à PAC – Política Agrícola Comunitária. Ficou patente a importância que os governos da UE dão ao campo.

Um assunto básico que permeou todas as discussões foram as imagens da agricultura e do agricultor perante a opinião pública urbana. Os europeus investem maciçamente nisso, convencidos de uma verdade que há anos se tenta impor no Brasil, e sem sucesso: se a maior parte da sociedade não apoiar o setor, o governo nada fará em favor dele.

Nesse sentido, desenvolveram na Europa um conceito formidável, o da *multifuncionalidade* da agricultura. É uma forma de valorizar a atividade rural e seu agente, passando uma imagem positiva de ambos.

Os agricultores reivindicam a proteção dos governos, convencendo os cidadãos em geral de que, se não fossem eles, não haveria comida e portanto não haveria segurança alimentar (um assunto muito sensível por lá). Ora, argumentam, sem segurança alimentar as pessoas famintas levariam a região à sublevação, pelos assaltos e saques, acabando com a paz. Dessa forma, a atividade rural garante a paz! É a pura verdade, e nós não usamos tal argumento aqui! Sem falar no fato de que os agricultores são os responsáveis pela ocupação espacial do território pátrio – eles garantem a integridade nacional.

Além disso, dizem, o fato de o agricultor estar trabalhando no campo ajuda o equilíbrio dos empregos na cidade, porque ele não vem disputar os postos urbanos, inclusive por salários menores. É então um agente da estabilização social.

Mas não param aí. Demonstram que, se por qualquer razão – excesso de estoques mundiais, redução dos preços, falta de espaço para estocagem interna etc. – os agricultores europeus não puderem produzir, ainda assim precisam ser protegidos, porque são eles que conservam o solo para as gerações futuras, são os maiores guardiões da qualidade da água e do ar. E é verdade: afinal, quem mais se interessa pela preservação dos recursos naturais, senão o próprio agricultor profissional? Com isso, o homem do campo é o grande protetor da qualidade de vida para toda a humanidade, além de se transformar também em defensor da vida animal selvagem, outro assunto muito sensível no primeiro mundo.

Todos os argumentos baseados na multifuncionalidade da agricultura reforçam a boa imagem do setor rural europeu e garantem os elevados subsídios e outras formas de proteção lá utilizadas.

Precisamos aprender esta lição, especialmente com a proximidade da rodada do milênio na Organização Mundial do Comércio.

Aliás, quanto a este assunto, houve um outro ponto interessante em Ljubljana: a UE, hoje constituída por 15 países, crescerá, nos próximos 10 anos, para 25 países, incorporando, entre outros, Polônia, República Checa, Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Letônia e Estônia.

Todos os argumentos baseados na multifuncionalidade da agricultura reforçam a boa imagem do setor rural europeu e garantem os elevados subsídios e outras formas de proteção lá utilizadas.

Os agricultores desses países estão muito interessados nessa incorporação, a fórmula pela qual poderão acessar os subsídios dos seus vizinhos e atuais concorrentes.

Isso pode levar a um significativo crescimento no orçamento da UE para o campo. E, embora os volumes atuais sejam insignificantes diante do orçamento geral da UE, tal perspectiva preocupa um pouco os governantes. Tanto é assim, que já se fala na renacionalização das políticas agrícolas ou pelo menos de uma parte delas – o que significaria uma redução dos subsídios coletivos mais uma séria modificação na PAC.

De qualquer forma, é uma questão para a qual devemos estar atentos, porque diz respeito à nossa competitividade.